

SEM PISO SALARIAL DECENTE NÃO DÁ!

Copasa mexe no tíquete e cesta básica, mas o piso continua uma VERGONHA

Propostas até agora apresentadas pela Copasa aos sindicatos

- * Reajuste salarial pelo INPC de 4,88%;
- * Passar a GDI de 13,5% para 15%
- * Reajuste do tíquete restaurante pelo IPCA de 13,26%
- * Reajuste da cesta básica de 4,88% para 6%

PISO DA VERGONHA

Salário	Copasa (MG)	R\$	619,00
Mínimo	Cepisa (PI)	R\$	930,00
Nacional	Cacege (CE)	R\$	971,00
	Sabesp (SP)	R\$	977,00
	Sanepar (PR)	R\$	1.150,00
R\$ 622,00			

A Copasa apresentou aos Sindicatos uma reformulação de sua proposta inicial para Acordo Coletivo, em reunião realizada na última quinta-feira, 14 de junho. A empresa alterou sua proposta de reajuste de 4,88% pelo INPC com mais 1,5% na GDI, passando o índice global desta gratificação de 13,5% para 15%. Reformulou também a proposta de reajustes sobre os tíquetes restaurante, antes de 4,88% para 13,26%, e da cesta básica, antes também de 4,88% para 6%.

Apesar destes avanços, os sindicatos manifestaram à comissão de negociação patronal o profundo descontentamento dos trabalhadores com o piso salarial praticado na empresa, que só consegue superar o salário mínimo instituído em lei apenas em função da GDI. O piso salarial da Copasa não é apenas o menor entre todas as empresas de saneamento do País, como consegue a vergonhosa situação de, em termos de salário base, ficar abaixo do salário mínimo nacional.

Os sindicatos insistiram que a comissão patronal voltasse à direção da empresa e buscasse o convencimento da necessidade de uma considerável melhora no piso salarial da empresa, situação que

desenvolve um profundo mal estar nos trabalhadores. A Copasa agendou com a comissão de negociação sindical uma nova reunião para o próximo dia 21 de junho, quinta-feira, na expectativa de que a imprescindível reivindicação da categoria pelo piso salarial seja atendida. Ressaltamos também a necessidade de uma evolução na tabela salarial da empresa, demonstrando o grande descontentamento dos companheiros de nível médio e técnicos, que sofrem com pesadas diferenças salariais. Não deixamos de pontuar uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores para acabar com a classificação por porte.

No tocante aos acertos do PCCS, fomos informados pela superintendente de Relações Humanas, Lúcia Aguiar, que na folha de pagamento de junho serão corrigidos desvios de função.

Os trabalhadores serão convocados para tomar a decisão sobre o processo negocial logo após a próxima reunião com a empresa. A diretoria plena do SINDÁGUA, presente em massa na reunião desta quinta-feira, intensifica a mobilização dos companheiros para reforçamos a unidade pelos pontos vitais de nossa pauta de reivindicações.

Deputados pedem explicações sobre PPP do Manso



PPP DO RIO MANSO É PRIVATÁRIA

Desmanche do patrimônio público essencial para a saúde da população

Ameaçadora abertura de licitação para contratar uma PPP para o Sistema Rio Manso levou a Copasa a dar explicações aos deputados, em reunião na "Comissão de Administração Pública" da Assembleia Legislativa de Minas, na última quinta-feira, dia 14. A reunião foi solicitada pelo deputado Rogério Correia (PT), que preside a Comissão e deu depoimento pessoal de desacertos das parcerias público privada sobre os interesses da população, citando a caótica situação de estradas onde se paga pedágios caros e não se tem a contrapartida esperada.

Participaram também da reunião lideranças sindicais do SINDÁGUA e a presidente da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, além do economista, João Batista Peixoto, que assessora o SINDÁGUA para acompanhar o processo licitatório da PPP do Manso. O presidente do Sindicato, José Maria dos Santos, afirmou que "o SINDÁGUA e outras entidades estão contra a PPP porque é uma nova forma de privatização

do setor". Lembrou o processo recente em que os trabalhadores denunciaram os erros na criação da Copanor, que se confirmam agora com problemas crônicos para os trabalhadores e desassistência para as populações que antes eram atendidas pela Copasa. Não passa de privatização branca, de entregar para a iniciativa privada um serviço perfeitamente possível de ser realizado pela própria Copasa, buscando recursos disponíveis para isto.

O economista contratado pelo Sindicato antecipou que o projeto da PPP do manso pode resultar em uma elevação de tarifa de 3,5% em termos de Estado e de até 7% de impacto sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo ele, esta é uma consequência direta da contraprestação de serviços privados que irão impactar a composição tarifária. O mais grave, no entanto, é a inversão da lógica antes pregada como política social pela Copasa, quando fazia a propaganda do "subsídio cruzado", em que os municípios maiores, que propiciavam maior arrecadação

garantiam a assistência dos serviços de saneamento aos mais pobres. Agora, a inversão. Os custos altos de uma PPP como a do Manso vai implicar em aumento de tarifa de todos os municípios, uma obra voltada para a metrópole que penaliza os bolsos dos consumidores de todo o Estado.

Ficou claro para todos que os "pepistas" (novo eufemismo para empreiteiros) não irão fazer filantropia, que buscarão ampliar seus lucros e não deixarão sobrar nada para reinvestimento numa atividade essencial e sobre a qual o Estado e os municípios têm responsabilidade prevista na própria Constituição.

Cobrada pelos deputados, os representantes da Copasa informaram que abririam todas as informações necessárias sobre o processo e explicações sobre acusações de que esta obra se apresenta agora como desnecessária, pois o Sistema Rio Manso opera muito abaixo da sua capacidade, além do incremento representado pela ampliação do sistema do Rio das Velhas.